

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 18/02/2020	Caderno: Notícias



Terça, 18 de Fevereiro de 2020 - 18:00

## ***Empréstimo de R\$ 250 mi do governo do estado será votado sem discussão nas comissões***

por Mari Leal



Tramitará em regime de urgência o PL 23.747/2020, que autoriza o poder Executivo a contratar crédito interno de R\$ 250 milhões junto ao Banco do Brasil. O requerimento, aprovado na tarde desta terça-feira (18), permite que o texto seja apreciado com dispensa de formalidades regimentais, a exemplo dos debates nas comissões temáticas.

O projeto foi enviado à Casa pelo poder Executivo, que promete investir o montante na área de infraestrutura.

"Mais uma vez quero registrar que essa Casa dará um cheque em branco ao Executivo. O estado da Bahia está se endividando e a Assembleia está contribuindo de forma negativa nessa situação", ressaltou Sandro Régis (DEM), líder em exercício da bancada de oposição.

Também foi aprovado nesta tarde o PL 23.728/2020, que regulamenta as adaptações da Previdência estadual determinadas pela PEC 159, aprovada em 31 de janeiro.

Votaram contrários às propostas deputados opositores e Hilton Coelho (PSOL), que alega fazer uma "oposição de esquerda" ao governo Rui Costa.

UESC

A sessão desta terça autorizou ainda a alienação de imóvel da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), no bairro Patamares, em Salvador. O produto financeiro da venda será reinvestido na própria instituição de ensino. A votação foi realizada com dispensa de formalidades e acordo entre as bancadas.



## Política

# Oposição volta a falar em "cheque em branco" e cobra transparência em empréstimos pedidos por Rui Costa



18 de Fevereiro de 2020 às 22:31 Por: **Roberto Viana/ BNews** Por: **Eliezer Santos** 0 comentários

Anova operação de crédito que o governador Rui Costa (PT) quer realizar com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 250 milhões, será autorizada pela Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) sem discussões nas comissões temáticas da Casa. Na sessão desta terça-feira (18), os governistas deram quórum e aprovaram o requerimento que dá urgência à tramitação do pedido. Além da bancada de oposição, o deputado Hilton Coelho (PSOL) também apresentou voto contrário.

"Acho mais uma vez um absurdo, mas é a forma que o governo do estado vem tratando aqui a Assembleia e o Estado da Bahia [...] Quando ele manda mais um empréstimo, e já somam bilhões de reais no governo Rui Costa, sem dizer onde a destinação, onde serão aplicados esses recursos, ele desmerece essa Casa e a Bahia", protestou Alan Sanches (DEM).

"Mais uma vez, quero registrar que essa Casa está dando um cheque em branco", discursou o deputado Sandro Régis (DEM), que coordenou a atuação dos opositoristas no plenário. O requerimento seria votado semana passada, mas uma estratégia colocada pela minoria conseguiu obstruir a sessão.

Sanches afirmou que o pensamento do governador é de usar a vantagem numérica da sua bancada de deputados para "passar o rolo compressor" nas votações de interesse do Executivo. "Votamos contra, não tínhamos número para derrubar. Hoje, eles fizeram um esforço sobrehumano para trazer essa quantidade de deputados na semana do Carnaval, conseguiram aprovar, mas com nosso voto contra. Eu vou continuar querendo saber aonde será aplicado, quero transparência na aplicação dos recursos", acrescentou.

O líder governista Rosemberg Pinto (PT) contestou os reclames da oposição. "O detalhamento está no projeto, é para investimento na área de infraestrutura,

estradas, isso está no projeto [...] Ninguém empresta o dinheiro para gastar no que você quer. É lei e obrigação o Estado apresentar [a razão do empréstimo]", replicou o petista, acrescentando que a gestão estadual ainda definirá quais serão os investimentos. "O plano de atividade é algo posterior", defendeu.

Veículo: Política Livre	
Data: 18/02/2020	Caderno: Bahia



## ***Mesmo após manobra da Oposição, urgência de novo empréstimo é aprovada na Assembleia***

### **BAHIA**

A bancada governista na Assembleia Legislativa da Bahia conseguiu finalmente aprovar, na tarde desta terça-feira (18), o requerimento de urgência do pedido do governador Rui Costa (PT) de contrair novo empréstimo. Os opositores Sandro Régis (líder do DEM), Soldado Prisco (PSC), Alan Sanches (DEM), Pedro Tavares (DEM), Capitão Alden (PSL) e Kátia Oliveira (MDB), além do independente Hilton Coelho (Psol) votaram contra por não concordarem em dar um novo “cheque em branco” ao petista, muito menos acelerar mais uma vez a transição de um projeto do Executivo na Casa, sem passar nas comissões em tempo hábil. Com o início oficial do Carnaval nesta quinta (20), o projeto de Lei nº 23.747/2020 – que prevê a contratação de operação de crédito interno no valor de R\$ 250 milhões junto ao Banco do Brasil – só deve ser votado em março.

A apreciação nesta tarde do requerimento só foi possível após o governador enviar, às pressas, ao presidente Nelson Leal (PP) uma mensagem solicitando a retirada do projeto de lei complementar nº 139/2019 que altera a lei complementar nº 43, de 25 de outubro de 2017 que se “afirmam necessárias à eficiência das atividades institucionais relacionados a programas de recuperação de crédito”. A matéria estava sobrestando a pauta e Régis alertou ao líder governista, Rosemberg Pinto (PT), que não poderiam ser votados os projetos da ordem do dia.

### **Regulamentação da reforma da previdência**

Também nesta terça, a bancada governista conseguiu aprovar, em plenário, o projeto de Lei nº 23.828/2020 que faz adaptações decorrentes da polêmica aprovação da reforma da previdência (PEC 159). Para entrar em vigor as novas regras, o governo estadual precisava alterações nas leis nº 6.677 (Estatuto do Servidor), de 26 de setembro de 1994, e nº 11.357, de 6 de janeiro de 2009.

Ao contrário do requerimento do empréstimo, o líder Sandro Régis liberou a bancada da Oposição para votar como quisessem. Sendo assim, só votaram contra os deputados Prisco, Alden, Kátia e Hilton.

#### **Alienação de terreno da Uesc**

Por acordo de líderes, também foi aprovado, nesta tarde, o projeto de Lei nº 23.746/2020, de autoria do Executivo, que autoriza a alienação de um terreno da Universidade Estadual de Santa Cruz no bairro de Piatã, na capital baiana. O dinheiro arrecadado com a futura venda já está vinculado para ser aplicado na própria universidade, não passará pelos cofres do Estado.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 18/02/2020	Caderno: Economia



## ASSEMBLEIA APROVA EMPRÉSTIMO DE R\$ 250 MILHÕES SOLICITADO POR RUI



18 Fevereiro, 2020

Após adiar por duas vezes por falta de quórum, a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) aprovou, nesta terça-feira (18), o requerimento de urgência para que seja votado o pedido de empréstimo de R\$ 250 milhões feito pelo governador Rui Costa (PT) junto ao Banco do Brasil.

Os deputados de oposição presentes no plenário e o deputado Hilton Coelho (PSOL) foram contrários à acelerar a tramitação da matéria. A principal reclamação deles é que a nova operação de crédito é uma espécie de “cheque em branco”, uma vez que o governo não detalhou como será a aplicação do recurso.

Ainda na sessão desta terça, a AL-BA também aprovou o PL 23.728/2020, que faz adaptações nas novas regras da Previdência estadual, que foi recentemente aprovada na Proposta de Emenda à Constituição do Estado (PEC 159).

# Tribuna

## Bahia deve movimentar R\$ 1,36 bilhão no Carnaval

POLIANA ANTUNES  
REPÓRTER

**C**arnaval começa amanhã, 20, e já deixa os setores do comércio e turismo otimistas. De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Bahia vai movimentar R\$ 1,36 bi durante todo o período, perdendo apenas para São Paulo, com R\$ 2,68 bi e Rio de Janeiro com R\$ 1,94 bi. Os dois estados do sudeste juntos são responsáveis por mais da metade da movimentação financeira no período.

Alexandre Sampaio, presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), fala que de modo geral, o setor de alimentação deverá proporcionar cerca de 70% das oportunidades de emprego durante o evento.

"Este ano, o comércio está com a expectativa positiva e as vendas para este segmento prometem alcançar o maior volume de receitas desde 2015. A estimativa é de que, neste ano, a festa movimente R\$ 8 bilhões na economia do país, um aumento de R\$ 80 milhões em relação ao ano passado", explica o presidente da FBHA.

A entidade sindical ainda avalia a possibilidade de ocorrer a contratação de 25,4 mil trabalhadores temporários para este

período, sendo considerados 2,8% a mais do que em 2019. "O Carnaval é de extrema relevância por fortalecer a nossa economia com a movimentação dos turistas em diferentes regiões do país. Esta época costuma auxiliar na geração de empregos e também de rendas", ressalta Alexandre Sampaio.

Comerciantes da Rua Sabino Silva, nas proximidades do circuito Barra-Ondina, disseram que o movimento já ganha uma melhora significativa no começo do verão. "Quando se aproxima das festas de final de ano, Salvador já percebe uma mudança no que diz respeito ao público. Muitos turistas já chegam à cidade, fazendo uma mudança no cenário", destacou Adriana Silva, que trabalha em uma padaria da região.

A equipe de um restaurante famoso na região, falou que não fez novas contratações para este ano de Carnaval, porém, ela explicou que os funcionários irão trabalhar em sistema de escala. "Iremos abrir para almoço e vamos levar direto até as 3hs da manhã. As opções de comida são das mais variadas. Aqui o cliente tem conforto e qualidade", frisou.

### CRIATIVIDADE

O Carnaval é ainda uma das melhores épocas para quem quer ganhar dinheiro extra com a



Foto: Romildo de Jesus

### VENDAS

Comerciantes apostam nesta época do ano para ganhar um dinheiro extra

produção ou a customização de roupas, especialmente os abadáis – que são como "uniformes" dos foliões. As pequenas costureiras até mesmo as grandes fabricas conseguem lucrar com isso.

A costureira Anita da Luz fala que os pedidos aparecem desde cedo, a fim de que o folião tenha uma roupa exclusiva e com a sua cara. "Além de tudo, isso mantém a flexibilidade de trabalhar de casa e em horários diversificados. Há

ainda blocos de ruas que apostam nessa ideia e a produção pode ser em grande escala", lembra a costureira.

Carnaval baiano sem glitter é o mesmo que não ter festa. E o comércio deste segmento pretende expandir a sua atuação justamente para aproveitar o período de crescimento natural nas vendas do produto. A comerciante Luciana Pereira que tem uma loja de produtos carnavalescos, contou que não vai deixar a

oportunidade passar.

Estou lançando vendas online e aposta no e-commerce para conquistar o mercado para além da capital baiana. "Vamos ampliar a nacionalização, já que as vendas hoje são concentradas em Salvador. A ideia é ter o mercado ampliado de forma exponencial e, quando tem o e-commerce, consegue abranger um público muito maior", explica a comerciante que tem boas expectativas com as vendas online.

### Compositores baianos apostam em músicas para festa este ano

Conhecidos no mercado musical há anos entre os principais cantores e bandas, os compositores baianos e também amigos Robbson Ribeiro e Fagner Ferreira apostam em algumas de suas canções para a festa. Na lista, Léo Santana

com 'Quebradeira' (Robbson Ribeiro, Filipe Escandurra, Rafinha RSQ, Luã Freitas); Harmonia do Samba com 'Piseiro' (Robbson Ribeiro, Fagner Ferreira, Escandurra, Magno Santana e Lukinhas); 'Churrasco' (Robbson Ribeiro e Escandurra); Psirico com 'Márcio Victor chegou' (Robbson Ribeiro, Fagner Ferreira, Márcio Victor); 'Tá quente' (Robbson Ribeiro, Groove, Franco Daniele); É O Tchan com 'Vá se Benzer' feat Kannário (Fagner Ferreira, Robbson Ribeiro); Kannário com 'Tô na pista pra Guerrear' (Fagner Ferreira, Breno CasaGrande, Lukinhas); Xand Avião com 'Passarinho' (Robbson Ribeiro, Victor Casagrande, Lucas Tibério e Léo Mílhão). Os hits estão no repertório de cada um, já são queridinhas entre o público e prometem balançar a avenida.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 19/02/2020	Página: A2

## **Indústria baiana sofre com queda de 2,9%**

A indústria de transformação baiana registrou queda de 2,9% no resultado apurado durante o ano passado, de acordo com estudos divulgados pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb). O percentual está abaixo da média do país, cujo crescimento foi zero.

Os números foram apurados pela equipe de técnicos da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física, tomando como base os dados fornecidos por cada setor em trabalho encerrado este mês de fevereiro.

Embora divulgados pela Fieb, os estudos são de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o objetivo de acompanhar o desempenho do produto real da indústria no curto prazo a fim de municiar os gestores de informação qualificada para tomar as melhores decisões.

O gerente de estudos técnicos da Fieb, Ricardo Kawabe, pensou algumas opções para explicar o ano negativo para a indústria baiana, relacionando o resultado com aspectos do cenário econômico.

– Um baque, no setor petroquímico, com a situação da Fábrica de Fertilizantes (Fafen), afeta o segundo mais importante item da indústria local. Como a indústria baiana é muito concentrada, qualquer impacto tem efeito mais geral – disse Kawabe.

**REFLEXO** – Também tiveram reflexo negativo na indústria baiana os problemas verificados com a Braskem em Alagoas, cujos efeitos prejudicaram o desempenho da unidade do Polo Petroquímico de Camaçari.

Outras adversidades citadas por Kawabe foram a crise na Argentina, impactando as exportações do segmento automotivo, e as tensões entre Estados Unidos e China, influenciando na redução de exportações de celulose.



Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 18/02/2020	Caderno: Economia



# Reformas tributária e administrativa podem ser aprovadas no 1º semestre, diz Maia

*Em evento em São Paulo, o presidente da Câmara reclamou do tempo que gasta pra criar maiorias em torno de projetos que o governo envia à Casa*

**André Ítalo Rocha e Francisco Carlos de Assis, O Estado de S. Paulo**

18 de fevereiro de 2020 | 15h18

O presidente da Câmara dos Deputados, **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, demonstrou que está confiante na aprovação das **reformas tributária** e administrativa até o fim do primeiro semestre, antes, portanto, das eleições municipais. Ele deu entrevista a jornalistas nesta terça-feira, 18, depois de ter participado de evento do BTG Pactual em São Paulo.

“A tributária e a administrativa têm muita chance de estar bem avançadas ou aprovadas até o fim do primeiro semestre”, disse o parlamentar, após ser questionado sobre prazos para os projetos.

Antes disso, Maia havia rejeitado a possibilidade de a administrativa ficar para o ano que vem, atraso que poderia ocorrer em razão do calendário apertado e do número de propostas em discussão em outras áreas, como a reforma tributária e a PEC emergencial.

“Há chance de aprovar todas as reformas este ano. Tem muita vontade dos parlamentares e a Previdência mostrou isso. Os parlamentares querem mostrar que o Parlamento tem responsabilidade e compromisso com o Estado brasileiro moderno”, disse.

Ele negou também que possa haver aumento da carga tributária em razão da reforma do sistema. Ao contrário, disse que vai haver redução. “A carga já é de 36% (do PIB),

que nós vamos garantir na reforma tributária que vai cair, é de 36% para baixo nos próximos anos. Não haverá R\$ 1 de aumento na carga”, disse. “E, se fizer a administrativa, teremos espaço para reduzir a carga.”

Segundo Maia, a Câmara também pode avançar mais na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial neste semestre. “Tempo não é problema”, afirmou. “O problema para a PEC emergencial é criar maioria.”

### **Articulação**

O presidente da Câmara disse que a Casa vai tentar votar a autonomia do Banco Central e a Lei Cambial até julho. “O BC me disse que prioridades são a autonomia e a Lei Cambial.” No entanto, segundo Maia, o governo federal precisa definir as prioridades para suas agendas.

Ele também reclamou do tempo que gasta pra criar maiorias em torno de projetos que o governo envia à Câmara. “Como o Bolsonaro não tem maioria, gasto boa parte do meu tempo tentando criar essa maioria”, queixou-se, emendando que no governo de Michel Temer, como o emedebista tinha maioria, esse trabalho de articulação que faz hoje lhe era poupado.

“Com Temer tinha mais tempo livre para trabalhar as agendas que já tinham maioria.” Contudo, disse, apesar de maior, o trabalho de se formar maioria confere maior independência e poder ao Congresso.

# Tribuna



## Economia brasileira cresceu 1,2 por cento em 2019, afirma FGV

AGÊNCIA BRASIL

**O** Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - cresceu 1,2% em 2019, segundo dados do Monitor do PIB da Fundação Getúlio Vargas (FGV). De acordo com a pesquisa, divulgada ontem, o resultado foi provocado, sob a ótica da demanda, pelos crescimentos de 2,7% na formação bruta de capital fixo (investimentos) e de 1,8% no consumo das famílias.

As importações também cresceram (1,4%) no período. As exportações, por outro lado, tiveram queda de 2,2% no ano.

Sob a ótica da produção, os três grandes setores cresceram: serviços (1,3%), indústria (1,5%) e agropecuária (0,5%).

Economia segue em processo de recuperação gradu-

al, diz BC

A economia brasileira continua a mostrar sinais de recuperação gradual. Essa é a conclusão do Banco Central (BC), que divulgou hoje (18/2) o Boletim Regional - publicação trimestral cujo objetivo é trazer uma visão das regiões do país a partir de dados e indicadores econômicos.

"Regionalmente, observa-se ritmo mais sustentado de crescimento da economia em todas as regiões do país, refletido na maior disseminação das taxas de expansão das diversas atividades econômicas e do mercado de trabalho", diz o boletim.

### NORTE

O boletim destaca que "a evolução recente da economia do Norte foi beneficiada, no trimestre encerrado em novembro, pelo aumento das vendas no varejo, pela continuidade da recuperação no setor de serviços e pela pro-

dução agrícola recorde". "Esses fatores mitigaram os efeitos da retração da produção industrial, resultado da combinação de queda na atividade extrativa (com participação relevante na região) e aumento na transformação, destacando impressão e reprodução de gravações, no Amazonas, e metalurgia no Pará".

### NORDESTE

A atividade econômica no Nordeste segue em menor ritmo de expansão na comparação com as demais regiões. "Esse desempenho ocorre em cenário de recuperação gradual do mercado de trabalho, com geração de postos formais, em especial, no setor de serviços e na construção civil. Adicionalmente, houve recuperação da indústria na margem, após quatro trimestres de retração, com destaque para a fabricação de derivados de petróleo e vestuário e acessórios", diz o BC.

## Perdas do país superaram a de 1980

AGÊNCIA BRASIL

Estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgado ontem, indica que a década de 2010 causou mais prejuízos ao país do que a de 1980, conhecida como a Década Perdida.

De acordo com a pesquisa, que compara indicadores dos dois períodos, a recessão de 2015-2016 teve efeitos ainda mais adversos do que nos anos 1980, causando recuperação lenta da economia, com reflexos no mercado de trabalho e na concentração de renda.

"Ambas as décadas tiveram impacto contundente nas empresas e trabalhadores, como o aumento do desemprego e a ampliação da má distribuição e concentração de riqueza, ocasionando uma piora significativa nas condições de vida dos brasileiros", afirmou, em nota, o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

Segundo o estudo, em relação à evolução do Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país -, o Brasil cresceu 33,3%, à taxa média anual de 2,9%, no intervalo de 10 anos, iniciados em 1980. Já no mesmo período a partir de 2010, observou-se crescimento abaixo da metade, acumulado em 14,1%, com média anual de 1,3%.

# Tribuna

## ‘Falar em qualquer tipo de bolha é irresponsabilidade’, afirma BC

### ESTADÃO CONTEÚDO

O diretor de regulação do Banco Central, Otávio Damaso, se antecipa à crítica e diz que é irresponsabilidade falar em risco de bolha no crédito imobiliário no Brasil com os ajustes que a instituição está fazendo para popularizar o “home equity”, modalidade de crédito com garantia de imóvel.

**Essa mudança na regulamentação não pode gerar uma bolha imobiliária, como ocorreu nos Estados Unidos com o subprime?**

Essa discussão é totalmente exagerada. É só olhar os números do mercado brasileiro. Temos hoje aqui no Brasil uma relação dívida imobiliária/PIB da ordem de 10%. Quando se olha para um país emergente parecido com o Brasil, essa relação é de 25% a 30%. Nos países avançados, a relação é de 50% e, em alguns casos, chega a 100%. O grau de alavancagem em cima do imóvel aqui no Brasil é muito baixo. Temos um espaço para crescer muito grande.

**De que forma?**

O nível da dívida versus o valor do imóvel no sistema financeiro brasileiro é muito baixo. O saldo está na ordem de 40% a 60%. Isso representa todos os financiamentos imobiliários versus o valor do imóvel. Se tiver que executar aquela dívida, vai vender o imóvel por R\$ 100 para pagar uma dívida de R\$ 40. É um nível muito baixo.

**O que significa o nível bai-**



**xo?**

As instituições financeiras, na hora da concessão do crédito, geralmente concedem financiamento imobiliário com folga razoável. Provavelmente, se uma pessoa pegar um financiamento imobiliário, a instituição vai dar, no máximo, 70% do valor do imóvel. Difícilmente vai financiar 100%. Se o banco tiver algum problema, tem uma folga muito grande para administrar.

**Por que isso é importante?**

No Brasil, o imóvel financiado é para a casa própria. Raramente a pessoa está alavancando em cima disso. O “home equity” tem um volume muito pequeno. Fizemos um levantamento no ano passado, e estava na ordem de R\$ 10 bilhões.

**Esse volume inclui as operações das novas fintechs, que já estão oferecendo esse produto?**

Sim, é muito baixo para um mercado de crédito da ordem R\$ 3,5 trilhões e para um volume de valor de estoque de imóveis de R\$ 12 trilhões.

**Esse crédito será mais barato que o consignado?**

Sim. Para se ter uma ideia, ele se equipara em muitos casos ao financiamento imobiliário, que eu tenho visto entre 7% e 9% ao ano. Combina tudo isso: volume de crédito imobiliário pequeno, nível da dívida versus o valor do imóvel com folga, um estoque de imóveis quitados nas capitais e um volume irrisório de “home equity”. Falar em qualquer tipo de bolha é irresponsabilidade. Não existe isso.

**Os bancos têm interesse?**

Sim. Estão se estruturando para avançar nesse tipo de crédito.

**Mesmo com a regra atual, é difícil fazer um financiamento home equity no Brasil?**

O papel do BC é criar as condições para as operações serem realizadas com segurança jurídica e prudenciais. As fintechs têm atuado em mercados e segmentos antes não explorados. Isso acaba chamando a atenção dos bancos tradicionais. Na prática, o que vimos é que essa operação de “home equity” não era uma operação popular, por alguns problemas e por uma questão cultural.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 19/02/2020	Página: 07

# Tribuna

## Autonomia do BC aumenta chances de inflação baixa

A autonomia dos bancos centrais aumenta em 50% as chances de um país ter inflação baixa, sem prejuízo para a atividade econômica, disse hoje (18) o presidente do

Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, em reunião com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

O projeto de autonomia do BC está em trami-

tação no Congresso Nacional. Campos Neto disse que há consenso entre pesquisadores sobre a relação entre autonomia e inflação baixa, segundo informou o Banco Central

por meio de nota. A reunião foi fechada à imprensa. O presidente do BC argumentou que a autonomia reduz a instabilidade econômica em períodos de transição de governo.

Veículo: O Globo	Online
Data: 19/02/2020	Coluna: Economia



# Assembleia de SP aprova reforma da Previdência

*Proposta passa em 1º turno após STF derrubar liminar de suspensão. Texto ainda será apreciado novamente pelo plenário*

Os deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo aprovaram ontem, em primeiro turno, o projeto de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência estadual paulista. A proposta voltou à pauta da Casa depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubar, pela manhã, a liminar que impedia a tramitação da medida. A proposta prevê, entre outros pontos, aumento no recolhimento dos servidores, com desconto na folha de pagamento passando de 11% para 14%. Os servidores fizeram inúmeras manifestações contrárias ao projeto.

Por ser uma mudança na Constituição estadual, são necessárias duas votações. A medida conseguiu os exatos 57 votos favoráveis necessários para a aprovação em primeiro turno. O próximo passo é aguardar o prazo de seis horas de discussão para ir à segunda e última votação.

As associações de servidores públicos reclamam da falta de diálogo no processo.

—A reforma não foi discutida com o servidor. Por que não foi? Porque tem coisa que não interessa ao servidor e, mais que ao servidor, ao próprio serviço público — disse ao G1 José Gozze, presidente da Associação dos Funcionários do TJ-SP.

O projeto, enviado pelo governo do estado em novembro passado, visa economizar R\$ 32 bilhões em dez anos.

Segundo o relator, Heni Ozi Cukier (Novo-SP), o estado hoje gasta mais com a Previdência do que com saúde, segurança e habitação.

# Tribuna

## PONTO DE VISTA

Inaldo da Paixão  
Santos Araújo

### Relação entre a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a accountability

**A** Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em seu art. 15, garante a toda sociedade "o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração."

Em sintonia com esse direito, a Carta Magna de 1988 estabelece, entre as atribuições do chefe do Poder Executivo (art. 84, XXIV), a obrigatoriedade da prestação de contas, que será apreciada pelo Tribunal de Contas e julgada pelo Congresso Nacional (CF, arts. 49, IX, e 71, I).

A Constituição Federal também determina que

"prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumiu obrigações de natureza pecuniária" (art. 70).

Essas obrigações constitucionais de se prestarem contas representam a essência da accountability. Apesar de não possuir tradução literal para o português, accountability corresponde ao dever de todo gestor de responder por um compromisso assumido. Isso quer dizer que ela re-

presenta a obrigação ética e legal que tem todo administrador público de prestar as contas dos dinheiros da coletividade, de forma transparente e tempestiva.

Quem bem retratou essa prática foi o estadista libertador Simón Bolívar, ao afirmar que: "A Fazenda Nacional não é de quem vos governa. Todos aqueles a que haveis tornado depositários de vossos interesses têm a obrigação de demonstrar-vos o uso que deles tenham feito".

A prestação de contas, no setor público brasileiro, pode ser conceituada como o conjunto de demonstrativos contábeis, de informações financeiras e de desempenho, que vão espelhar, em determinado período, o resultado de uma gestão.

Além dos relatórios obrigatórios, não existe no Brasil um modelo padronizado que defina os componentes de uma prestação de contas no setor público. Contudo a prestação de contas deve ser elaborada de modo

a demonstrar, da forma mais oportuna e transparente possível, os resultados da gestão da coisa pública.

O Código de Boas Práticas para a Transparência Fiscal do Fundo Monetário Internacional (FMI) define, entre os princípios para que os governos alcancem a transparência, que a "divulgação de informações ao público sobre as atividades do governo (prestação de contas e outras informações) devem ser apresentadas de forma clara e tempestiva".

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público contribui para a prática da transparência, pois suas demonstrações são as principais peças constitutivas das prestações de contas, objetivando facilitar suas análises para que se tenha efetivamente a accountability.

Compondo o conjunto das demonstrações contábeis no setor público brasileiro, a Lei n.º 4.320/64 determina que, no final de cada exercício, os resulta-

dos sejam demonstrados em quatro balanços e outros informes financeiros obrigatórios. Com a LRF, novos demonstrativos passaram a ser também exigidos.

No Brasil, existe a convicção de se achar que tudo é resolvido por meio de leis. Todavia uma pequena cidade no sertão baiano, nos idos de 1989, exibia, em cartaz afixado na praça central, informações sobre os recursos recebidos, suas origens e as devidas aplicações. Tudo classificado sem os rigores da prática contábil e orçamentária. A linguagem era acessível para qualquer cidadão, tais como gastos com professores, médico e enfermeiras, pessoal da limpeza, a recuperação da estrada vicinal, a aquisição da ambulância. Também era informado o saldo em caixa e a pagar, entre outros. Não uma contabilidade "criativa", mas sim informativa.

Percebia-se ali, de forma simples e transparente, a fiel prática da accountability.

Portanto resta concluir

que, mais do que uma imposição legal, a prática da accountability é essencial para a administração pública, pois todos precisam saber o que é feito com o dinheiro de todos. Entretanto a accountability se materializa com uma Contabilidade Aplicada ao Setor Público que possibilite a emissão de relatórios confiáveis, transparentes e tempestivos.

E se tudo isso se concretizar, teremos um governo transparente, sob o comando de um povo com mais dignidade, com mais educação e senso crítico. Um povo que seja capaz de compreender e contextualizar sua realidade, expressa em relatórios financeiros adequados, e que possa escolher sabiamente dirigentes responsáveis e comprometidos com os anseios sociais.

Inaldo da Paixão Santos Araújo  
Mestre em Contabilidade. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.  
Professor. Escritor.  
inaldo\_paixao@hotmail.com

## Justiça exclui benefício fiscal de ICMS do Imposto de Renda

Liminar foi concedida pela 14ª Vara Federal de Porto Alegre a uma indústria de produtos derivados de madeira

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

19/02/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas





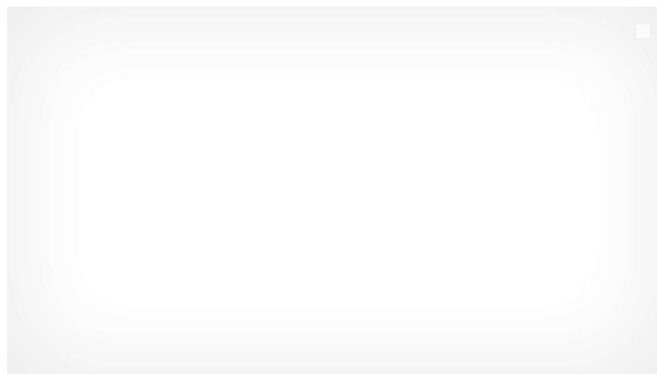


Rafael Machado Simões Pires: tema passa despercebido por muitas empresas — Foto: Divulgação

Um contribuinte de Porto Alegre obteve uma antecipação de tutela (espécie de liminar) para excluir um benefício fiscal de ICMS da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A decisão é da 14ª Vara Federal de Porto Alegre.

O entendimento é interessante porque, normalmente, o que se busca no Judiciário é a exclusão dos créditos presumidos de ICMS. “Na liminar, conseguimos excluir outro tipo de benefício fiscal, o diferimento, que passa despercebido por muitas empresas”, diz o advogado responsável pelo processo, Rafael Machado Simões Pires, do MSP Advogados. O diferimento do ICMS ocorre quando se transfere o lançamento e o pagamento do tributo para etapa posterior à ocorrência do fato gerador.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O caso analisado foi o de uma indústria de produtos derivados de madeira. Na decisão, o juiz federal substituto Fábio Soares Pereira levou em consideração julgamentos dos tribunais superiores sobre o tema. Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) retirou o ICMS do cálculo do PIS e da Cofins (RE 574706). O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por sua vez, entendeu, posteriormente, que o crédito presumido de ICMS não deve integrar a base do IRPJ e da CSLL (EREsp 1517492).

No caso do crédito presumido, o magistrado ressaltou que o Supremo vem reiteradamente decidindo que se trata de matéria infraconstitucional, deixando o tema a cargo dos ministros do STJ. Ele cita ainda na liminar outras decisões que tratam do assunto.

Para ele, “a partir da orientação jurisprudencial exposta, pode-se concluir que as receitas decorrentes de benefícios fiscais concedidos pelos Estados em relação ao ICMS, independentemente de sua natureza (crédito presumido, redução de alíquota ou redução da base de cálculo, por exemplo), devem ser afastadas da base de cálculo da CSLL e do IRPJ, pouco importando sua destinação”.

De acordo com o magistrado (processo nº 5098184-30.2019.4. 04.7100), o contribuinte tem o “direito de excluir da apuração de IRPJ e CSLL os valores referentes ao benefício fiscal de diferimento de ICMS usufruído”.

A decisão, destaca Rafael Pires, demonstra que, assim como o crédito presumido, o deferimento aumenta o lucro da empresa, o que eleva a tributação de Imposto de Renda e CSLL. Por isso, independentemente da modalidade, o contribuinte tem direito à exclusão.

Pedro Moreira, do CM Advogados, considera a decisão relevante por aplicar o mesmo entendimento para outros benefícios fiscais do ICMS - no caso o diferimento. O posicionamento, acrescenta, é acertado “pois não constitui receita tributável e implicaria violação ao princípio federativo”. Segundo ele, o contribuinte lesado pode ingressar com ação individual para afastar o recolhimento e, posteriormente, obter o que recolheu nos cinco anos anteriores ao da ação.

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.  
EXTRATO VMD<sup>3</sup>

## LDO deixará de fixar meta para todo setor público

Governo prepara mudança na redação, mas nega que haverá relaxamento da política fiscal

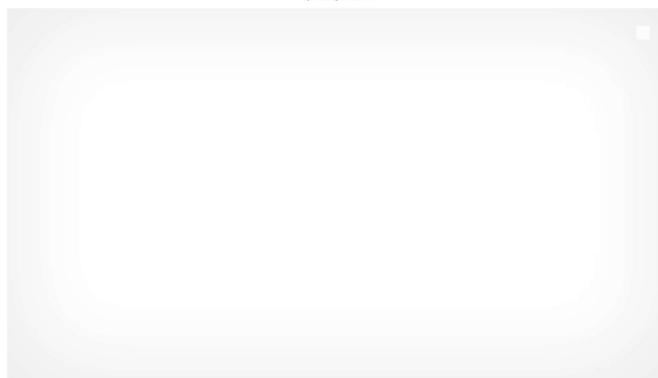
Por Ribamar Oliveira — De Brasília

19/02/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A partir deste ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não definirá mais uma meta fiscal para os Estados e municípios nem para o setor público consolidado. O governo deverá encaminhar, nos próximos dias, um projeto de lei ao Congresso Nacional alterando a LDO válida para 2020, deixando claro que os resultados primários para os entes subnacionais e para todo o setor público são apenas indicativos.

A nova redação da LDO explicitará também que a compensação, por parte do governo federal, de eventuais frustrações dos resultados fiscais dos Estados e municípios é apenas uma possibilidade. Atualmente, o texto da LDO estabelece uma meta fiscal para o setor público, faz uma estimativa para o resultado fiscal de Estados e municípios e diz que “poderá haver” compensação entre as metas dos entes. “O texto atual é muito dúbio, fala em meta e em estimativa”, explicou uma fonte da área econômica. “Vamos melhorar a redação.”

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O projeto de lei vai propor também alterações nos procedimentos de execução orçamentária e financeira, pois, da forma como está redigida a atual LDO, o governo entende que a gestão orçamentária ficou emperrada. A ideia é compatibilizar o texto da LDO às determinações das emendas constitucionais 100 e 102, que tornaram o Orçamento impositivo.

A decisão de não ter mais meta para o setor público consolidado e para Estados em municípios não é um relaxamento da política fiscal, garantiu ontem o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, em entrevista ao **Valor**. “Passaremos agora a indicar o resultado primário dos Estados, mas não será meta porque, na verdade, já não é há muito tempo”, disse.

Mansueto explicou que o governo federal só controla duas coisas que afetam o resultado primário de Estados e municípios: o limite anual para operações de crédito e o pagamento das dívidas renegociadas com a União. Neste último caso, o controle é parcial, em virtude das decisões liminares do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizando alguns Estados a suspender o pagamento. Não tem interferência, no entanto, sobre as despesas e receitas dos entes subnacionais.

Para mostrar que não haverá relaxamento fiscal, o secretário do Tesouro antecipou ao **Valor** que a proposta para este ano é apenas repetir o limite de crédito definido para 2019 e para 2018. No ano passado, os Estados e municípios foram autorizados a fazer operações de empréstimos no montante de R\$ 24 bilhões, sendo R\$ 13 bilhões com garantia da União e R\$ 11 bilhões sem garantia. “Queremos repetir o mesmo limite neste ano”, informou o secretário.

O fato de não ter meta formal não significa que o governo federal vai abrir mão da supervisão dos Estados e municípios, disse uma fonte. “Os limites para as operações de crédito estarão alinhados com o resultado esperado para Estados e municípios”, explicou a fonte.

Já Mansueto disse que, para ser leniente com Estados e municípios, o governo teria que fazer “o que foi feito de 2010 a 2014”, ou seja, desconsiderar a capacidade de pagamento de cada ente e aumentar o limite total de contratação de crédito, com e sem garantia da União.

A mudança de redação no artigo 2º da LDO, que trata das metas fiscais, tem o objetivo de explicitar que o resultado primários para Estados e municípios é um indicativo e que a compensação entre as metas dos vários entes é uma possibilidade. “Nos relatórios bimestrais [de avaliação de receitas e despesas] sempre ficava a dúvida se a União teria ou não que compensar a frustração do resultado fiscal de Estados e municípios”, explicou Mansueto.

“Muita gente, mesmo no ano passado, achava que o governo federal tinha que aumentar o contingenciamento das dotações orçamentárias para compensar o modelo de previsão do resultado dos estados”, observou. “Isso é impossível!”, afirmou. A razão disso, explicou o secretário, é que o modelo de projeção do resultado dos Estados tem variação de um mês para outro de mais de R\$ 5 bilhões e, em um ano, de mais de R\$ 10 bilhões.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Aceite cartão com a SumUp  
SUMUP

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Faça isso 2x ao dia e acabe com elas.  
EXTRATO VMD3

### LINK PATROCINADO

Compre agora sandália anti stress em couro legítimo  
COMFORT SHOES

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

### LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça  
RETROVISOR MASTER VIEW

---

## Veja em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Vitreo lança fundo de small caps e espera captar R\$ 100 milhões

### VALOR INVESTE

Guedes diz que fala sobre domésticas foi 'exemplo' de câmbio valorizado, em encontro fechado

### VALOR INVESTE

Banco do Brasil projeta lucro de R\$ 18,5 bilhões a R\$ 20,5 bilhões em 2020

---

## Mais do Valor Econômico



### Alcolumbre diz lamentar insulto de Bolsonaro a jornalista

No entanto, o presidente do Senado disse que o episódio é 'página virada'

19/02/2020 10:49 — Em Política

## Proposta para prorrogar Fundeb amplia gastos

O texto define a ampliação de gastos de R\$ 79,7 bilhões em seis anos fora do teto que limita o crescimento das despesas federais

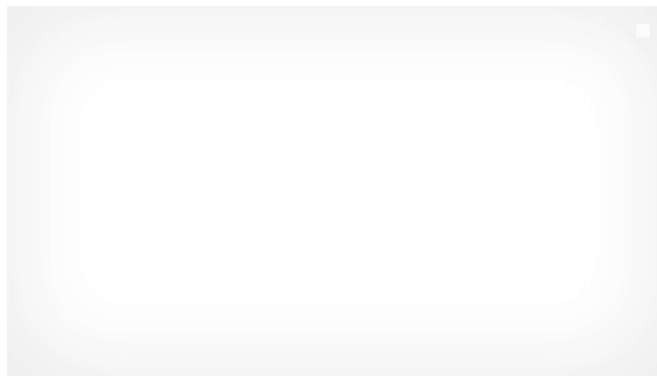
Por Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Fabio Graner — De Brasília

19/02/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Com aval do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a deputada Professora Dorinha (DEM-TO) apresentou seu parecer à proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O texto define a ampliação de gastos de R\$ 79,7 bilhões em seis anos fora do teto que limita o crescimento das despesas federais.

O parecer é uma derrota para a equipe econômica e aumenta o risco fiscal, colocando mais areia na engrenagem das contas públicas, que está indo para o sétimo ano de déficit.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Em 2021, primeiro ano de vigência da nova regra, caso o texto seja aprovado pela Câmara dos Deputados e Senado sem alterações, a complementação da União para o fundo subirá dos atuais 10% para 15%, com impacto de R\$ 8,3 bilhões. Esse percentual subirá um ponto percentual por ano, até atingir 20% em 2026, com gasto adicional de R\$ 18,4 bilhões por ano, de acordo com as estimativas divulgadas pela relatora.

No parecer, Dorinha sugere como fonte desses gastos os leilões do petróleo, mas deixa com o governo federal a tarefa de encontrar receitas para custear o aumento. “O governo federal, o Congresso Nacional e entidades da sociedade civil fizeram projeções considerando possíveis fontes para a compensação, demonstrando diferentes caminhos para sua viabilização. Ao fim, formalmente, estabelecida a obrigação constitucional, a organização do orçamento para realiza-la é uma competência e responsabilidade do Executivo Federal”, escreveu a relatora.

A complementação da União ao Fundeb está fora da regra do teto, aprovada em 2016 para conter as despesas públicas.

O texto proposto por Dorinha foi acertado na noite anterior entre os deputados e o presidente Rodrigo Maia. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, não participou das negociações e a equipe econômica não conseguiu garantir o limite de 15%. Se a proposta for adiante, a convergência fiscal para um resultado primário positivo ficará mais lenta, já que as despesas serão maiores do que as projetadas originalmente pela equipe.

Dados apresentados pelo Tesouro Nacional no fim do ano passado apontam que, em um cenário básico, o Brasil só voltará a ter resultado primário positivo a partir de 2023 e reduzirá sua dívida a 67% do PIB em 2028 se esse cenário, que prevê um superávit médio anual de 0,5% do PIB, for cumprido. O quadro deve estar um pouco mais favorável por conta da dívida ter encerrado 2019 com um nível menor do que o originalmente estimado, por conta das vendas de reservas do Banco Central.

Na verdade, o governo sequer queria aumentar sua despesa com educação. O entendimento da área econômica é que o envelhecimento da população e a menor taxa de natalidade reduzirão a pressão no gasto com Educação, diferentemente do que ocorrerá com a Saúde.

“Por sua vez, a evolução demográfica diminui a pressão por gastos na educação (R\$ 1,1 bilhão em 2027). Como consequência, observa-se, apenas para as despesas consideradas, uma demanda adicional por despesas públicas que alcançaria, em 2027, aproximadamente R\$ 9,4

bilhões a preços de 2018. Tal cifra representa 10,1% do valor despendido em 2018 nos mesmos programa”, informou o relatório de riscos fiscais do Tesouro publicado em dezembro.

Não à toa, na proposta de novo pacto federativo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu a unificação dos pisos de Saúde e Educação. O objetivo claro era permitir que parte do dinheiro fosse redirecionado do segundo para o primeiro.

Com pedido de vista coletiva, a análise do relatório da deputada ficará para depois do carnaval. O presidente do colegiado, deputado Bacelar (Podemos-BA), convocou sessão da comissão especial para discussão e votação do parecer de Dorinha para 4 de março.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Faça isso 2x ao dia e acabe com elas.  
EXTRATO VMD<sup>3</sup>

### LINK PATROCINADO

Encontrar um emprego nos EUA pode ser mais fácil do que você pensa  
TRABALHO NOS EUA | LINKS PATROCINADOS

### LINK PATROCINADO

Bolsas estilo holográfica: a nova tendência entre as fashionistas  
WWW.BOLSASDIVERTIDAS.COM.BR

### LINK PATROCINADO

Os países mais seguros para viajar em 2020, de acordo com novo estudo  
FLASHPOSTS.COM

### LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!  
DESCONTALIA

---

## Veja em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Vitreo lança fundo de small caps e espera captar R\$ 100 milhões

### VALOR INVESTE

Você não precisa de uma planilha colorida para construir uma vida financeira saudável

### VALOR INVESTE

Vaquinha virtual recebe aporte de R\$ 3 milhões do fundo Domo Invest

---

## Mais do Valor Econômico



### Alcolumbre diz lamentar insulto de Bolsonaro a jornalista

No entanto, o presidente do Senado disse que o episódio é 'página virada'

19/02/2020 10:49 — Em Política

## Apresentação do parecer à MP do Emprego é adiada para ajustes

Relator não chegou nem a aparecer na comissão e o deputado Lucas Vergílio anunciou o adiamento porque o parecer à MP ainda estava em confecção

19/02/2020 10:45 — Em Política

## China revoga credenciais de três jornalistas do WSJ

Segundo a publicação, é a primeira vez na era pós-Mao que o país expulsa vários repórteres de uma mesma organização internacional ao mesmo tempo

19/02/2020 10:38 — Em Mundo



## Com retração da Boeing, GE negocia produzir motores para Airbus

Fabricante já fornece outros equipamentos para europeia, mas busca ampliar leque com motor para modelo A330neo, concorrente do 787 Dreamliner da americana

19/02/2020 10:37 — Em Empresas



## Bolsonaro critica jornalistas e classifica imprensa como 'partido político à esquerda do PT'

O ataque ocorre um dia depois de o presidente ter insultado com insinuações sexuais uma repórter do jornal "Folha de S.Paulo"

19/02/2020 10:33 — Em Política



## Coreia do Sul confirma mais 20 casos de infectados por coronavírus

Irã, por sua vez, registra dois casos do Covid-19

19/02/2020 10:31 — Em Mundo

VEJA MAIS

## Reajuste de servidor em MG põe em dúvida capacidade de ajuste do Estado, diz Mansueto

Deputados mineiros aprovaram, em primeiro turno, aumento de 41,7% para funcionários da segurança pública

Por **Thais Carrança** — De São Paulo

19/02/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Mansueto: STF precisa diferenciar entre Estados que fazem ou não o ajuste — Foto: Edilson Dantas/Agência O Globo

A proposta do governo de Minas Gerais de reajustar em mais de 40% os salários de parte do funcionalismo coloca em dúvida a capacidade do Estado de fazer seu ajuste fiscal, disse ontem o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. Os deputados da Assembleia de Minas aprovaram ontem em primeiro turno o reajuste de 41,74% em três parcelas para os servidores da segurança pública, por 60 votos favoráveis a 2.

Em apresentação em evento do BTG Pactual, Mansueto lembrou que, desde 2018, Minas tem uma liminar para não pagar o serviço da dívida, assim como o Rio Grande do Sul. E que, em 2019, o Tesouro argumentou junto ao Supremo em favor do Estado, citando a intenção declarada do governo Romeu Zema (Novo) de fazer o ajuste para entrar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF).



“Infelizmente, na semana passada, mandei ofício ao Supremo levantando dúvidas sobre a capacidade de Minas de fazer o ajuste fiscal”, afirmou, citando o reajuste de 41%. Ele disse que o STF precisa diferenciar entre os Estados que estão ou não fazendo seu ajuste.

Mansueto afirmou ainda que, entre as reformas que estão na pauta para este ano, a PEC Emergencial é a mais importante do ponto de vista fiscal. Já na perspectiva de negócios, a reforma mais relevante é a tributária, disse ele, defendendo que as duas medidas devem ser tocadas ao mesmo tempo, ou em sequência.

“Muito do que está na PEC Emergencial, o governo já está fazendo, mas, à medida que passa o tempo, fica mais difícil se não tiver isso com uma regra muito clara, inclusive na Constituição”, afirmou ele, lembrando que neste ano não haverá concursos ou aumento de salário para servidores federais.

Questionado quanto aos prazos para a reforma tributária, o secretário disse que quem definirá o “timing” da mudança será o Congresso. “Só quem pode definir isso [prazos para a aprovação da reforma] é o Congresso e acho que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, tem uma sensibilidade muito maior do que qualquer outra pessoa para saber o ‘timing’ ideal de uma eventual aprovação da reforma tributária.”

Mansueto também antecipou que o resultado primário de janeiro, que deverá ser divulgado por ele depois do Carnaval, será “espetacular”, mas por um problema do Orçamento, que precisará passar por alteração. Segundo ele, parte da despesa discricionária deste ano foi classificada como emenda do relator, dependendo de autorização para ser executada.

“Isso engessou o Orçamento ao ponto de que, em janeiro, o resultado primário que eu vou divulgar depois do Carnaval será espetacular”, antecipou. “Porque teve uma receita muito grande, que não sabemos ainda se é recorrente ou não, mas a despesa foi muito baixa, porque, da forma como o Orçamento foi aprovado, não se consegue pagar as contas. Então isso tem que mudar.”

Em janeiro, a arrecadação federal subiu 3,9% acima da inflação, na comparação com igual período do ano passado, de acordo com dados estimados pela economista Vilma Pinto, do Ibre/FGV, a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). O resultado foi impulsionado pela arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, com alta de 21,9%.

Em 12 meses, os cálculos de Vilma Pinto apontam uma alta de 2,2% na arrecadação total e 2,4% na administrada pela Receita Federal. Isso indicaria uma aceleração na entrada de recursos no caixa da União, já que de janeiro a dezembro de 2019 os números oficiais apontavam expansão de 1,7% acima da inflação, ante 2018.

Mansueto antecipou ainda que não deve haver mais meta de resultado primário para governos subnacionais, porque o governo federal não consegue ter controle sobre receitas e despesas dos Estados. Segundo ele, a meta de setor público consolidado deverá ser entendida apenas como um indicador. *(leia mais no texto acima)*. **(Colaborou Fabio Graner, de Brasília)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Faça isso 2x ao dia e acabe com elas.  
EXTRATO VMD<sup>3</sup>

### LINK PATROCINADO

Moletom Atena Feminino Rosa e Cinza apenas R\$139,90  
USEGIRAFFE

### LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça  
RETROVISOR MASTER VIEW

### LINK PATROCINADO

Não chame o chaveiro! Veja como retirar uma chave que quebrou dentro de um cadeado  
CONSELHOS E TRUQUES

### LINK PATROCINADO

Compre agora mocassim de couro legítimo por apenas R\$ 99,00  
ZATTORE



## Reforma atinge servidores dos três Poderes

Presidente disse que iria estudar o texto “a noite toda”

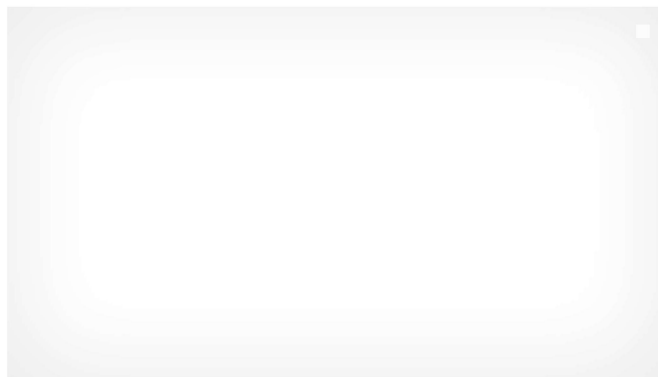
Por **Claudia Safatle** — De Brasília

19/02/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A proposta de reforma administrativa entregue ontem pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, ao presidente Jair Bolsonaro, pretende alcançar os servidores dos três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - embora não seja aplicável aos membros desses Poderes, a exemplo dos juízes e parlamentares. Essa era uma das questões em aberto que entrou no texto final, que deve chegar ainda hoje ao Congresso, segundo informou ao **Valor**, o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos. Bolsonaro disse, depois de receber o texto da proposta de emenda constitucional (PEC) que iria estudá-la “a noite toda”. O alcance da PEC deverá ser, também, para os três níveis de governo - União, Estados e municípios.

O fim das férias de dois meses do Poder Judiciário, que era uma sugestão da reforma para acabar com privilégios, por outro lado, saiu do texto final. O “lobby” da corporação falou mais forte e essa regalia será mantida.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Outro aspecto da PEC será criar, na Constituição, a figura da contratação temporária por meio de concurso público. Hoje a contratação temporária é restrita à atividades emergenciais, tais como diante de desastres naturais, por exemplo. Mas não há abertura na lei, atualmente, para contratar funcionários por tempo determinado para prevenir as imensas filas do INSS para análise de pedidos de aposentadorias (ver nesta página). A ideia da PEC é de permitir a realização de concursos públicos com prazo de contratação temporária.

Ontem o secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Paulo Uebel, responsável pela elaboração da proposta de reforma administrativa, apresentou os principais aspectos da PEC para o senador Antonio Anastasia (PSD-MG), que deverá ser o relator da matéria no Senado. A proposta será encaminhada primeiramente para a Câmara, mas de antemão o relator no Senado já foi informado do seu conteúdo.

Uebel concluiu, também, a exposição dos termos da PEC para cada um dos ministros de Estado e deles colheu sugestões.

Por ser uma emenda constitucional, a proposta será mais genérica e terá que ser regulamentada por diversos projetos de lei. Por exemplo, os salários de ingresso no setor público serão mais baixos do que foram até agora mas estarão definidos em lei. Pela proposta que Bolsonaro recebeu, somente as carreiras típicas de Estado terão estabilidade no emprego. **(Colaborou Fabio Murakawa)**

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

#### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

#### LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.  
EXTRATO VMD3

## Witzel prevê oferta da Cedae em 2021, mas analistas têm dúvidas

Especialistas questionam atratividade da empresa com modelo proposto para venda

Por Rodrigo Carro, Gabriel Vasconcelos e Cristiane Agostine — Do Rio e de São Paulo

19/02/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

### A Cedae em números

Raio X da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro

Municípios em que atua	64
Empregados	7.500 (Cedae + contratados)
População atendida com a distribuição de água	12,27 milhões
População atendida com a coleta de esgoto:	6,38 milhões
Ligações do serviço de distribuição de água:	2,37 milhões
Ligações do serviço de esgotamento sanitário:	990 mil
Extensão da rede de água:	23,3 mil quilômetros
Extensão da rede de esgoto	8,7 mil quilômetros

Fontes: SNIS 2017 / Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras (RADF 2018)

#### Indicadores de produtividade

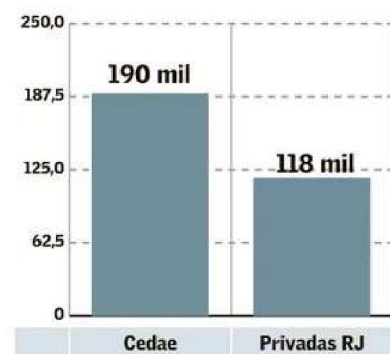
Ligações ativas por funcionário



Fontes: CEDAE, SNIS 2016, Empresas

#### Despesa de pessoal por ligação ativa

(R\$/ano)



#### Situação atual dos serviços

##### Água

89% de atendimento urbano  
29,4% de perdas na distribuição

##### Esgoto

44% de coleta de esgoto  
28% de tratamento de esgoto

#### Pendências jurídicas

Cerca de 10 mil reclamações trabalhistas

Nos últimos três anos foram mais de R\$ 195 milhões em 50 ações trabalhistas

Indenizações da ordem de R\$ 1,6 bilhão pagas nos últimos dez anos

#### Concessões

Com esgoto	Sem esgoto
31	33

A decisão do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), de vender 60% do capital da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) mediante Oferta Pública Inicial (IPO, na sigla em inglês) em abril de 2021 divide opiniões de especialistas quando se trata de avaliar a atratividade que a empresa teria dentro deste novo modelo.

Na semana passada, em audiência na Assembleia Legislativa fluminense, o ex-presidente executivo da Cedae Hélio Cabral culpou a falta de investimento por décadas pelas alterações na qualidade da água fornecida pela companhia, que continua a apresentar gosto e cheiro de terra. Inaugurada em 1955, a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Guandu tem equipamentos obsoletos, com mais de 60 anos de operação, disse Cabral, exonerado no dia 10. O Guandu abastece 9 milhões de pessoas na região metropolitana do Rio.

Na apresentação na Assembleia, Cabral listou uma infinidade de problemas técnicos na estação do Guandu, incluindo máquinas quebradas há 15 anos e cujas funções foram substituídas por trabalho manual; cabos elétricos antigos e expostos que ameaçam a segurança dos trabalhadores; e o lançamento de resíduos da ETA num rio que deságua na Bacia de Sepetiba.

Ontem, em evento do banco BTG Pactual em São Paulo, Witzel confirmou a intenção de colocar ao menos 60% das ações da Cedae à venda na bolsa de valores em abril de 2021. A informação sobre a venda das ações da Cedae foi antecipada ontem pelo jornal "O Globo".

"A Cedae precisa de investimento de R\$ 700 milhões em equipamentos. Tem passivo trabalhista e estamos objetivando a redução desse passivo. Tem passivo cível. É uma companhia muito complicada que estou arrumando e o mercado está vendo", disse Witzel.

Pelo modelo apresentado ao mercado em dezembro de 2019, a Cedae licitaria concessões para os serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto em quatro blocos de municípios. Captação e tratamento de água continuariam com a empresa, que permaneceria estatal. Agora, Witzel está disposto a vender o controle da companhia. O governador estimou ontem que as concessões, previstas para serem licitadas ainda neste ano, podem render R\$ 11 bilhões ao Estado. Numa segunda fase, em 2021, o IPO geraria receita entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões.

Sócio da consultoria GO Associados, Fernando Marcato sustenta que a Cedae precisaria passar por uma reestruturação antes de uma possível Oferta Pública Inicial. "A Sabesp [Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo] começou sua reestruturação em 1995 e só foi realizar o seu IPO no início dos anos 2000", lembra Marcato.

Na avaliação dele, a privatização da Cedae via IPO não é necessariamente o melhor modelo para atrair investidores. "Há menos espaço para ganhos de eficiência nas atividades de captação e tratamento de água", argumenta.

O economista Claudio Frischtak, da Inter. B Consultoria, também enxerga pontos negativos na operação: "Esses IPOs [parciais de companhias estaduais de saneamento] são um contrassenso, destruição de valor na veia. É preciso esperar as regras, mas posso dizer que mercado vai olhar para isso com profunda desconfiança. O preço [da ação] vai ter um desconto grande", afirma.

"A decisão de ampliar a privatização é um avanço do governo. [A proporção de] 60/40 é melhor que nada", defende Elena Landau, ex-diretora de privatizações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O preço das ações - frisa ela - vai depender da modelagem da oferta, dos direitos que a participação do governo vai garantir ou da obrigatoriedade ou não de aporte equivalente nas capitalizações. Ainda assim, afirma, preços baixos não seriam uma catástrofe. "Sim, o desconto vai ser grande. Mas eu estou menos preocupada com o valor da outorga do que com os investimentos de longo prazo que a concessão vai trazer", ressalta.

A capacidade de a oferta de ações da Cedae atrair investidores vai depender muito da autonomia que eles teriam na companhia de saneamento privatizada, pondera Renato Sucupira, sócio-presidente da consultoria BF Capital. "A Cedae só vai atrair o investidor se houver governança e autonomia", diz. Sucupira não vê necessidade de uma preparação da Cedae para o processo de desestatização: "O setor privado não avalia a gestão [da empresa], e, sim, o seu potencial de mercado: quanto da população pode ser atendida".

De acordo com cronograma divulgado pelo BNDES, as conversas com investidores interessados no processo de concessão dos quatro blocos de municípios, previsto para 2020, devem ser realizadas entre 17 e 19 de março. O início da consulta pública ocorrerá em 13 de abril, e a audiência pública, em 22 de abril. O edital de licitação deve ser apresentado em agosto e o leilão aconteceria em novembro.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Chegou a SumUp Total  
SUMUP

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Faça isso 2x ao dia e acabe com elas.  
EXTRATO VMD®

### LINK PATROCINADO

Moletom Atena Feminino Rosa e Cinza apenas R\$139,90  
USEGIRAFFE

### LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.  
LEVANTE IDEIAS

### LINK PATROCINADO

Sapato antistress de couro legítimo ideal para quem preza conforto e praticidade no dia a dia  
COMFORT SHOES

---

## Veja em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Estamos prestes a bater martelo sobre modelagem de capitalização da Eletrobras, diz secretário

### VALOR INVESTE

Heineken do Brasil convoca recall por risco de lasca de vidro em long neck